



## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Do Sr. Capitão Augusto)

Requer que seja enviada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que os profissionais de segurança pública sejam realocados entre os grupos prioritários na Campanha Nacional de Imunização contra o COVID-19, para terem a mesma prioridade dos trabalhadores da área de saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência que seja enviada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que os profissionais de segurança pública sejam realocados entre os grupos prioritários na Campanha Nacional de Imunização contra o COVID-19, para terem a mesma prioridade dos trabalhadores da área de saúde e, assim, possam ter acesso imediato à vacinação.

### JUSTIFICATIVA

Os profissionais de segurança pública não podem trabalhar remotamente, pois têm que estar à frente nas ruas atendendo a população, quer seja infectada pelo COVID-19 ou que tenham que adotar medidas preventivas, ou ainda, no combate à criminalidade. Portanto, estão diariamente expostos durante toda a pandemia.

Esse quadro enfrentado pelos profissionais de segurança pública foi ressaltado pelo Ministério da Saúde, que, em uma Nota Técnica assinada pelo secretário de Vigilância em Saúde, Wanderson de Oliveira, estima que a quantidade de profissionais de saúde, de segurança pública e de familiares desses profissionais com possibilidade de infecção pelo Covid-19 ultrapassa o número de 2 milhões de pessoas, sendo este grupo o que deve ser submetido a testes rápidos para a detecção do vírus, pois há o risco de transmitir doença a pacientes e perda desnecessária da força de trabalho.





## COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

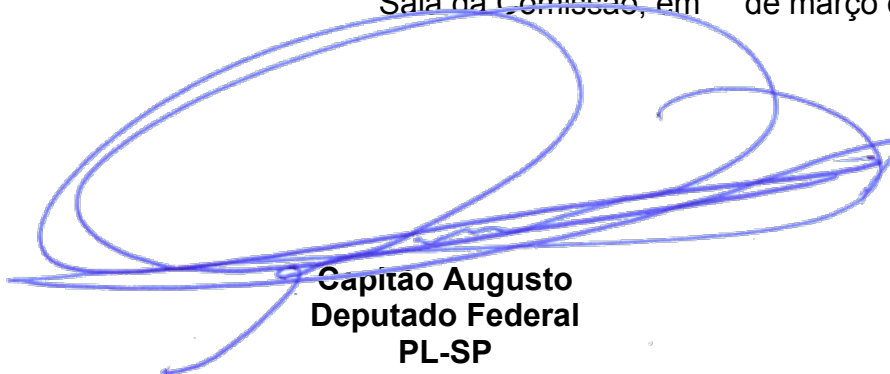
Vale destacar, ainda, que é comprovado que, no Brasil, já morreram mais profissionais de segurança pública de COVID do que no confronto com marginais.

É que a situação desses profissionais é ainda mais precária do que o dos profissionais de saúde, porque os profissionais da área de segurança não dispõem de ambiente controlado e EPIs para se protegerem da contaminação do vírus.

Logo, entendendo que houve equívoco na alocação dos profissionais de segurança pública no Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19 após diversos grupos como os presidiários, rogo aos nobres parlamentares que façamos essa solicitação ao Presidente da República, para que haja a revisão dessa situação, viabilizando a imediata vacinação dos profissionais de segurança pública

Por razões de justiça, pedimos aos nobres Pares o apoio a este Requerimento.

Sala da Comissão, em      de março de 2021.



**Capitão Augusto**  
**Deputado Federal**  
**PL-SP**

